

POLÍTICAS EDUCATIVAS LOCAIS: POSSIBILIDADES DEMOCRÁTICAS

Maria de Fátima Cossio*

UFEL/Brasil

fatimacossio@ig.com

Rita de Cássia Morem Cossio Rodriguez**

UFPEL/Brasil

rita.cossio@ig.com.br

Resumo: Este estudo visa analisar a organização e desenvolvimento de políticas educacionais em três municípios do RS. Pretendeu-se verificar o papel dos gestores municipais no processo de democratização da educação. Este trabalho centrou-se em um município. A metodologia é qualitativa e envolve duas etapas. A primeira buscou compreender as formas de construção das políticas locais e a segunda a análise dos seus impactos nas escolas. Concluiu-se que a democratização das políticas e das escolas depende de um projeto assumido coletivamente que tenha a democracia como orientadora das concepções e práticas.

Palavras-chave: gestão municipal da educação; políticas públicas; democratização da gestão.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante da investigação em desenvolvimento pelo grupo de pesquisa “Gestão, currículo e políticas educativas” da Faculdade de Educação da UFPEL, sob o título “Políticas de democratização da educação e da escola” que visa, sobretudo, analisar as formas de organização e desenvolvimento de políticas públicas para a educação em três municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Pretende-se verificar o papel dos gestores das redes públicas municipais no processo de democratização da educação em cada município, bem como os impactos dessas políticas no interior das escolas e, particularmente, nas condições objetivas de adoção de mecanismos que ampliem o processo de participação na tomada de decisões quanto à qualidade da oferta educativa, em termos de acesso, permanência e sucesso na trajetória de escolarização dos estudantes.

Neste texto o foco será em um município, denominado de Município A, cujo processo de gestão tem demonstrado, conforme dados da pesquisa, maior preocupação com a democratização das relações do poder público com a rede de escolas. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, com enfoque no estudo de caso, envolvendo duas etapas. A primeira

etapa consiste em verificar as formas de organização e desenvolvimento das políticas e a segunda, a análise dos seus impactos nas escolas.

O município conta com oito escolas, seis urbanas, sendo cinco de ensino fundamental completo e uma de educação infantil, e duas escolas rurais. Participam da pesquisa neste município 128 professores de educação infantil, ensino fundamental e EJA e 04 professoras da Secretaria Municipal de Educação, incluindo a Secretária.

Entende-se que a análise de políticas públicas para a educação não pode desconsiderar a compreensão do contexto mais amplo em que se produzem as macropolíticas e do contexto local, onde a significação, interpretação e a recriação de tais políticas se materializam e resultam em novas políticas, ressignificadas.

A compreensão do contexto contemporâneo, suas mudanças e instabilidades e a necessidade de reconceituação da democracia terá como base os enfoques de transição paradigmática e de democracia participativa de Boaventura de Souza Santos (1993, 1994, 2003, 2004).

Em relação ao contexto atual, Santos (2007) entende que é, sobretudo, um momento de transição paradigmática, na medida em que não se constitui em ruptura total com a modernidade, visto que as promessas do projeto moderno estão inconclusas e precisam ser ainda objeto de análise. Para ele, alguns princípios, entendidos por algumas correntes pós-modernas como ultrapassados, tais como igualdade e emancipação, estão por ser conquistados. Por outro lado, os excessos cometidos ao longo dos séculos, em nome da produtividade e do progresso, notadamente sustentados pelo projeto capitalista, devem ser substituídos por projetos de sociedade que tenham como princípio e finalidade a humanidade.

A transição paradigmática se refere a um projeto de sociedade a ser construído em novas bases. Nesse projeto emergente de sociedade, Santos assinala a necessidade de romper com algumas dicotomias e hierarquias, dentre elas a dicotomia global-local em que o local é a forma subordinada da realidade. Alerta que

A hierarquia não é hoje entre países apenas, é entre setores econômicos, grupos sociais, regiões, saberes, formas de organização social, culturas e identidades. A hierarquia é o efeito acumulado das desigualdades das relações entre as formas dominantes e as formas dominadas de cada um desses campos (2003, p.19).

Assim, analisar os contextos, lugares e circunstâncias locais em que se produzem as políticas educativas podem contribuir com a ruptura das hierarquias e permitir a compreensão de formas contra-hegemônicas de produção de alternativas originais.

A tese de Santos (2007) é a de ampliação dos movimentos de emancipação e de redução da regulação através da democracia participativa, que seria a transformação de relações de poder em relações de autoridade compartilhada em todos os seis espaços/tempos estruturaisⁱ, democracia é entendida como forma de resistência, ou seja, de transformação/emancipação.

A análise das políticas educacionais, por sua vez, encontra sustentação na teorização de Ball e Bowe (1992), a partir da tese do “ciclo de políticas”.

Os autores defendem a tese do “ciclo de políticas” para a compreensão da política educacional, destacando a sua complexidade, ou seja, a impossibilidade de análise linear e simplificada das decisões e práticas nesse campo e a necessidade de enfatizar os processos micropolíticos e a ação dos sujeitos que lidam com as políticas no nível local, neste caso referindo-se tanto a gestores quanto aos professores e demais atores do cenário político e educacional local. Indicam, ainda, a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais.

Assim, o texto apresenta, inicialmente, uma abordagem geral dos fundamentos teóricos que orientam o estudo, relacionando-os aos eixos investigativos. Posteriormente, apresentam-se os dados da pesquisa, cotejando com a teoria e, por fim, encaminha-se para as considerações finais, abordando as análises possíveis nesta primeira etapa.

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES

Boaventura de Sousa Santos (1993, 1995, 2000, 2003, 2004, 2007), em diferentes momentos da sua teorização, reitera a afirmativa de que o paradigma científico e social moderno dominante e hegemônico se exauriu e, ao entrar em crise, abriu espaço para novas perspectivas epistemológicas e sociais, chamadas pelo autor de contra-hegemônicas e emancipatórias. Analisa as diferentes formas de poder e os espaços-tempos em que elas ocorrem. Distingue seis formas de poder: patriarcado, exploração, fetichismo das mercadorias, diferenciação identitária desigual, dominação e troca desigual. O autor acredita que essas formas de poder podem ser confirmadas socialmente por ações conformistas e contestadas socialmente por ações rebeldes.

Na sua concepção, as ações rebeldes, quando coletivizadas, são a resistência social a estas formas de poder e, na medida em que se organizam segundo articulações locais-globais,

constituem a globalização contra-hegemônica. A ampliação da democracia confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual. Outras formas de resistência farão frente às demais formas de poder, que neste momento não serão abordadas, visto que se pretende apreender das suas teses, para fins deste estudo, o conceito de democracia participativa e suas possibilidades emancipatórias.

É importante salientar que a emancipação não ocorrerá sem momentos de regulação, ou seja, a construção democrática implica na coexistência de regulação e emancipação, sendo que o afastamento dos constrangimentos e, portanto, da regulação, só ocorrerá quando as diferentes relações de poder convergirem para o modo “abertura de novos caminhos”, entendidos como possibilidades utópicas que poderão produzir novos paradigmas, chamados por Santos (2000) de paradigmas emergentes. Para que se possa pensar em alternativas inovadoras e na ampliação da intensidade democrática na gestão da educação, é preciso levar em consideração as experimentações democráticas em curso, é preciso estudar e aprender com as “emergências”. A valorização de toda e qualquer iniciativa que construa práticas coletivas de tomada de decisões nas escolas precisa ser celebrada como “emergência democrática”.

Para o autor não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias, relações que criam um número maior de relações cada vez mais iguais. As relações emancipatórias desenvolvem-se, portanto, no interior das relações de poder, não como resultado automático de uma qualquer contradição essencial, mas como resultados criados e criativos de contradições criadas e criativas (SANTOS, 2003).

Para tanto, parte da análise de experimentações democráticas em diferentes partes do mundo. Nelas, Santos verifica a existência de democracia de baixa intensidade aliada a algumas alternativas de alta intensidade. Desta forma, propõe a relação entre democracia representativa e democracia participativa, ao mesmo tempo em que defende três teses para o fortalecimento da democracia participativa. A primeira é o reconhecimento de que não existe um único formato democrático, o que é apontado pelo multiculturalismo e pelas experiências de participação no sentido da ampliação da deliberação pública. Assim, o primeiro elemento da democracia participativa seria o aprofundamento dos casos em que o sistema político abre mão de suas prerrogativas decisórias em favor de instâncias coletivas de decisão. A segunda é a passagem do contra-hegemônico do plano local para o global, como elemento essencial ao fortalecimento da democracia participativa. A articulação global/local torna possível a aprendizagem contínua, considerada requisito fundamental do êxito das práticas democráticas animadas pela possibilidade da democracia de alta intensidade. A terceira tese advoga a

ampliação do experimentalismo democrático, pois a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia requer que se multipliquem experimentos nessas direções.

Acredita-se, pois, que de acordo com a orientação teórica de Santos, as experimentações democráticas locais, no caso desta pesquisa, o acompanhamento e publicização das possibilidades de democratização da rede escolar pela mudança nas relações de poder, poderão gerar novas experimentações, expandindo-se para o global, não como prescrições, mas como anúncio de possibilidades.

Em relação às políticas públicas para a educação e, no caso desta investigação, em que se pretende analisar as possibilidades democráticas e suas significações e recriações, a abordagem do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992) torna-se extremamente pertinente.

Mainardes (2006) afirma que

a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos (p.48).

Os autores assinalam que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os sujeitos que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Assim, estão implicadas as trajetórias peculiares de cada grupo e cada sujeito, assim como suas concepções, interesses e finalidades, permitindo identificar processos de resistência, acomodação, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. Os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o *contexto de influência*, o *contexto da produção de texto* e o *contexto da prática*. Estes contextos, no entanto, não são hierárquicos e ordenados. São, na verdade, inter-relacionados.

O primeiro contexto, o de influência, é onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. Nesse contexto, situa-se o eixo 1 desta pesquisa: princípio educativo, onde foram analisadas as manifestações de gestores e professores em entrevistas realizadas em diferentes momentos do trabalho investigativo e em documentos preenchidos e organizados em quadros de análise. É no contexto de influência que os grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e de seus significados.

De acordo com Mainardes (2006), atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política.

O contexto da produção de textos políticos representa a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais, oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. No contexto da produção de texto, inserem-se os discursos construídos pelos professores e gestores em documentos elaborados a partir de propostas feitas pelos investigadores e a análise de documentos oficiais e legais já elaborados e os em processo de elaboração pelo poder público local e onde se pode situar o segundo eixo investigativo: proposições. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é articulada e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Os textos políticos são resultantes de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política.

Por fim, o contexto da prática para Ball e Bowe (1992), é onde a política é alvo de interpretações e até mesmo de recriação por parte daqueles que atuam diretamente no processo educativo. É onde a política produz efeitos que podem representar mudanças e transformações na política original e nas ações concretas nas escolas. O contexto da prática será foco de análise na segunda etapa da pesquisa, momento em que se observarão os impactos das políticas no processo de democratização da escola, especialmente, no que se referem às formas encontradas pelas escolas para promover e ampliar os espaços de participação na tomada de decisões e as ações efetivadas para ampliar a qualidade educativa e de desempenho dos estudantes.

CONTEXTO DE INFLUÊNCIA E CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO: O ESTUDO DE CASO

A pesquisa consiste em analisar as formas de organização e desenvolvimento de políticas públicas para a educação em três municípios da região sul do Rio Grande do Sul, na perspectiva de verificar os níveis de intensidade democrática na formulação/ação dessas políticas, bem como o papel dos gestores das redes públicas municipais nesse processo e os

impactos dessas políticas no interior das escolas, particularmente, nas condições objetivas de adoção de mecanismos que ampliem a participação na tomada de decisões quanto á qualidade da oferta educativa.

Neste texto o foco será um dos três municípios pesquisados, denominado como Município A. O trabalho foi dividido em duas etapas, em cada um dos três municípios. A primeira consiste em verificar as formas de organização e desenvolvimento das políticas e a segunda, a análise dos seus impactos nas escolas. Nesta primeira etapa da pesquisa adotaram-se como eixos orientadores: 1. princípio educativo, manifesto em documentos e falas de gestores e professores; 2. proposições (ações) reveladas tanto pelo grupo de gestores quanto pelos professores.

O Município A, localizado na região sul do Rio Grande do Sul, possui 13.153 habitantes, sendo uma região de produção agropecuária, com a manutenção de latifúndios e com pouca diversificação produtiva e econômica. As oportunidades de trabalho são escassas, resumindo-se, em boa parte dos casos, na atividade no campo, o que, segundo a comunidade local, não requer muitos conhecimentos escolarizados. O estudo no nível fundamental parece ser considerado mais como uma obrigatoriedade do que propriamente uma necessidade ou possibilidade de ascensão cultura e social.

Historicamente a administração municipal esteve a cargo de partidos conservadores. Com a ascensão ao poder em 2009 de uma coligação entre os partidos considerados progressistas, alinhados aos movimentos populares, advém a proposta de construção participativa de políticas educativas para o município.

Desde então, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC vem se empenhando em propor espaços e instâncias de discussão e deliberação quanto aos diferentes aspectos que envolvem um plano municipal de educação na perspectiva democrática.

A equipe de pesquisa acompanhou diversos encontros dos gestores municipais com professores da rede. Inicialmente analisaram-se as reuniões promovidas pela SMEC para definição das políticas municipais e os documentos produzidos após as discussões feitas por escola e analisados em plenária. As discussões foram orientadas pela definição prévia de itens a serem considerados nos debates, tais como: gestão da escola na qualidade do ensino; papel da direção e da supervisão; concepção de currículo; organização do projeto político-pedagógico; organização e funcionamento d escola; ingresso e distribuição dos alunos; organização curricular; processo ensino-aprendizagem; rendimento dos alunos; processos avaliativos; recursos existentes na escola; trabalho docente: elementos facilitadores e

dificuldades encontradas; instâncias participativas; reuniões e eventos; compreensão dos conceitos de habilidades e competências; fatores relevantes para a ampliação da qualidade do ensino; especificidades do currículo: escola rural, alunos com necessidades educativas especiais, diversidade cultural, étnica, social, etc.

Considerando a teorização de Ball e Bowe (1992), este momento de análise se constitui na busca de compreensão do contexto de influência e do contexto da produção de texto. Para tanto, reuniu-se as contribuições dos grupos em torno dos eixos investigativos. O primeiro eixo: princípio educativo revelou que a democracia é um princípio traduzido pela participação, comprometimento com a qualidade, abertura a novas idéias, e envolve por parte do gestor uma postura dinâmica, no sentido de viabilizar as condições necessárias para que se concretizem os objetivos definidos pelo coletivo. Percebe-se que há expectativas em relação à direção da escola, no sentido de que exerça a liderança no processo democrático, garantindo que as decisões tomadas sejam materializadas.

Em relação ao Projeto Político-pedagógico, os professores o compreendem como elemento conceitual articulador entre as intencionalidades e as práticas. Ressalta-se que as escolas estão pautadas por um PPP elaborado a mais de dez anos, por um grupo de dirigentes da época, demonstrando a urgência de sua reconstrução, em moldes participativos, o que de fato está ocorrendo. Enfatiza-se nos documentos analisados a preocupação com a necessidade de fundamentação teórica e metodologia adequada, que possibilitem a busca pela qualidade do ensino e assegurem a permanência e o sucesso do aluno na escola.

Nos itens sobre a organização e funcionamento da escola e ingresso e distribuição de alunos, as manifestações giraram em torno da autonomia da escola. Podem-se estabelecer relações com a gestão democrática que implica necessariamente na ampliação da capacidade de organização autônoma e de poder decisório no interior de cada instituição, atendendo as demandas peculiares. O declínio dos níveis de intensidade regulatória em favor da emancipação consiste na possibilidade anunciada por Santos (2007), de construção da democracia participativa, almejada, de forma explícita, pelo grupo pesquisado.

Os demais aspectos que foram objeto de discussão dos professores encaminham para a importância de fortalecer o processo de aprendizagem significativo, visando à construção de alunos reflexivos, autônomos intelectualmente, identificados com o seu meio. Para tanto, citam a interdisciplinaridade como uma possibilidade, bem como uma avaliação processual e continuada, permeadas por práticas pedagógicas inovadoras.

Uma ausência percebida neste eixo está relacionada ao trabalho docente, mais especificamente, quanto ao papel do professor na qualidade do ensino e na democratização da educação. Evidencia-se que mesmo que tenham anunciado a participação como elemento fundamental da democracia, não foi possível identificar claramente em quais espaços o professor terá protagonismo.

No segundo eixo investigativo: proposições observa-se que, em sua maioria, os itens referem-se a questões de gestão do sistema e da escola, evidenciando necessidades, tais como: quadro permanente de professores, considerando que boa parte dos docentes são temporários; infra-estrutura geral da escola, envolvendo ampliação de salas, laboratórios e bibliotecas; recursos didáticos; capacitação dos recursos humanos (professores e funcionários); garantia de um número máximo de alunos por turma que permita um trabalho pedagógico adequado; contratação de professores para o apoio pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais; criação de Laboratórios de aprendizagem com o propósito de corrigir a distorção idade/série.

No item referente ao trabalho docente, os professores reafirmam a necessidade de a escola ter maior autonomia pedagógica, tanto na definição curricular quanto nas práticas efetivas de sala de aula. Esta autonomia refere-se mais diretamente às relações entre o poder público e as escolas e, nestas, entre equipe diretiva e professores.

O currículo, segundo os professores, precisa ser desenvolvido de acordo com a realidade dos estudantes, flexibilizado conforme suas necessidades cognitivas e sócio-culturais e ampliado para oportunizar o preparo para o mundo do trabalho. Argumentam que precisam avançar em termos de atendimento a diversidade, tanto no que refere à formação dos professores e apoios necessários, quanto na organização dos espaços, tempos e processos, considerando também a aquisição de recursos didáticos.

As instâncias de participação propostas pelo grupo consistem em Associação de Pais e Mestre, Grupos de Alunos em Grêmios Estudantis, atividades culturais e Conselho Escolar.

O processo avaliativo é um aspecto que os professores consideraram que precisa avançar, levando em conta a individualidade dos alunos e a aprendizagem contínua, relacionada diretamente ao processo pedagógico desenvolvido. Assim, a atual forma de avaliação, consistindo em atribuição de notas a momentos específicos de verificação de desempenho, torna-se inadequada para atender a uma proposta didática que pretenda ser processual e construtiva.

Neste eixo, se pode constatar que as proposições são coerentes com as aspirações manifestas como princípio educativo. Os professores parecem ter claro quais mudanças serão necessárias ao currículo e às práticas pedagógicas para que os propósitos anunciados de autonomia e emancipação dos alunos, através de uma educação de qualidade, se tornem realidade. Entretanto, reconhecem que precisam avançar em vários aspectos, até mesmo na prática de sala de aula, na medida em que argumentam que precisam adotar aulas mais interessantes, significativas e inovadoras e, para tanto, reivindicam programas de formação continuada. Uma das principais limitações à consecução dos objetivos educacionais está relacionada a pouca autonomia pedagógica das escolas, sendo esta a principal queixa e proposição, além, é claro, de questões de ordem estrutural e administrativa que precisam ser propiciadas pelo poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva deste artigo foi destacar os resultados da primeira etapa da pesquisa que consistiu na análise dos instrumentos aplicados aos gestores e professores da rede e organizados a partir de dois eixos investigativos: princípio educativo e proposições.

Perseguindo as premissas da democratização da gestão da educação e da escola, os dados demonstraram os entendimentos e discursos dos professores da rede, bem como as necessidades e possibilidades que viabilizem uma prática inovadora, inclusiva e qualificada.

Percebeu-se, entretanto, a necessidade de avanços consideráveis nas conceituações e teorizações do que seja democracia, bem como na construção de práticas autônomas, sendo esta última o foco da segunda etapa da investigação.

Os resultados obtidos até então são considerados iniciais no processo de democratização e autonomia da rede de escolas do município em estudo, visto que, de acordo com os gestores, as propostas empreendidas e as propostas em construção, pretendem possibilitar novos espaços e instâncias de discussão no interior das escolas e das comunidades onde estão inseridas, viabilizando novos ordenamentos e políticas para a rede, além de experimentações inovadoras e emancipatórias.

Entende-se que as postulações e discursos apresentados, refletidos nas elaborações oficiais do sistema e projetos pedagógicos das escolas em processo de elaboração, traduzindo as reivindicações dos atores, precisam provocar mudanças concretas nas práticas de gestão

das escolas e nos espaços de sala de aula, diminuindo o distanciamento entre os princípios, proposições e a materialização dos pressupostos democráticos e de qualidade da educação.

Fica evidente, em diferentes momentos das manifestações dos professores, que a equipe de gestores da rede pública municipal exerce um papel de extrema importância na conquista pela democratização das relações de poder, inclusive no interior das escolas. Isto porque, a despeito da disposição dos professores em participar do contexto de influência e do contexto da produção de textos, os espaços de participação e o respeito às contribuições dos vários segmentos da comunidade nas construções políticas, dependem, em grande medida, do projeto político assumido pelas instâncias de poder local. Esta constatação se baseia em experiências autoritárias vivenciadas anteriormente no município em estudo e manifestas pelos professores mais experientes que atravessaram diferentes gestões municipais.

Observa-se que, se por um lado, a disposição política para a criação de espaços de participação por parte dos gestores do município é imprescindível para a democratização da educação local, por outro lado não garante a democracia na escola. Os gestores das escolas precisam aderir ao projeto democrático e, por sua vez, exercerem a liderança na orientação e materialização de projetos educativos próprios.

Acredita-se que não exista uma forma de gestão mais adequada ou melhor, mas sim experimentações sociais baseadas na democracia, que certamente não serão vistas como modelos mas como incentivo para a produção e expansão de novas experimentações, sempre originais, porque atentas às realidades e diferenças locais.

i O autor afirma que a interação social nas sociedades capitalistas desenvolve-se a partir de seis modos de produção da prática social, denominados de espaços-tempos estruturais, que são: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. *Education reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. In: Educ.Soc., Campinas, vol. 27, n.94, p. 47-69, jan/abr. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O social e o político na transição pós-moderna*. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, vol. 31, p. 181-207, Cedec, São Paulo, 1993.

____. *Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade*. 3^a educação. Porto, Portugal, Educação. Afrontamento, 1995.

____. *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

____. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

____. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto, Portugal: Afrontamento, 2004.

____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.